

UM PROJETO AUTÔNOMO DE COLONIZAÇÃO PARA O NORDESTE DO BRASIL (1859-1879)

An autonomous project of colonization to the Northeast of Brazil

José Weyne de Freitas Sousa

Doutor em História Econômica. Instituto de Humanidades e Letras. Prof. Adjunto da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. joseweyne@unilab.edu.br

Resumo: Neste artigo se discutem as condições sociais, políticas e econômicas para a implantação de um projeto autônomo de colonização para a região Nordeste do Brasil. Para isso, considera-se o processo de povoamento da região e o projeto apresentado ao rei Pedro II pela Comissão Científica de Exploração que percorreu o Ceará entre 1859 e 1861. Essa comissão defendeu a viabilidade das condições geoclimáticas do Nordeste para a realização de agricultura e pecuária no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, durante a seca de 1877-79. Como contraponto, surgiu uma proposta ligada à construção de grandes açudes. Com isso, a política de combate às secas resultou da negação da possibilidade de um projeto autônomo de colonização para a região.

Palavras-chave: Política; Seca; Progresso; Ceará; Agricultura.

Abstract: This article discusses the social, political and economic conditions for the implementation of an autonomous colonization project for the Northeast region of Brazil. For this, the process of settlement of the region and the project presented to King Pedro II by the Scientific Commission of Exploration that traveled through Ceará between 1859 and 1861 are considered. This commission defended the viability of the geoclimatic conditions of the Northeast for the accomplishment of agriculture and In the Rio de Janeiro Polytechnic Institute, during the drought of 1877-79. As a counterpoint, a proposal related to the construction of large dams arose. As a result, the policy to combat droughts resulted from the denial of the possibility of an autonomous colonization project for the region.

Keywords: Politics; Dry; Progress; Ceará; Agriculture.

1 Introdução

De acordo com a historiografia clássica, a região Nordeste do Brasil se caracterizava no período colonial por duas grandes áreas geográficas bem distintas: a zona da mata (litoral) e o sertão (semiárido). Ambas as sub-regiões se diferenciavam pelo nível de pluviosidade, sendo as chuvas abundantes no litoral e escassas no sertão. Essa região foi colonizada pelos portugueses no início do século XVI, baseada na lavoura açucareira para exportação praticada em engenhos situados na faixa litorânea que empregavam mão de obra escrava. Ela era apoiada em uma economia de abastecimento de artigos agropecuários produzidos no semiárido nordestino por camponeses pobres. Essa divisão do trabalho e da produção estaria de acordo com a noção de “sentido da colonização”, que propugnava o funcionamento da economia brasileira em função de fornecer produtos agrícolas para a Europa (PRADO JR., 2000, p.7-21).

A condição periférica da economia do semiárido era agravada pelas secas, nas quais se seguia a falência do setor de abastecimento, a migração, a ampliação da violência no campo e na cidade, a mortalidade pela fome e a mendicância, principalmente nos centros urbanos. Com a crise da lavoura açucareira no século XVII, provocada pela expulsão dos holandeses de Pernambuco e a concorrência por eles impetrada a partir da produção nas Antilhas, entrou em decadência o setor açucareiro no litoral e, por conseguinte, a pecuária no semiárido. Sem o suporte colonizador do estado português e devido às condições naturais adversas, não teria havido um processo de colonização de forma adaptada às condições naturais. Isso explicaria a sua condição de economia subdesenvolvida que se acentuaria no século XX.

Na segunda metade do século XIX, a possibilidade de um projeto autônomo de colonização para o Nordeste, se tornou objeto de um debate acalorado entre a Comissão Científica de Exploração (1859-1861) e o grupo político do senador cearense Tomás Pompeu de Souza Brasil. Os dois grupos apresentaram um conjunto de ideias diferentes sobre o problema das secas, que carregaram adeptos no curso das décadas seguintes. Com a eclosão da seca de 1877-1879, considerada a maior que já atingiu a região, o problema voltou a ser discutido novamente nas sessões do Instituto Po-

litécnico do Rio de Janeiro. Esse debate girou em torno da seguinte questão: as condições climáticas do semiárido eram um obstáculo ao progresso da região? Era possível a agropecuária gerar excedente de produção? Nele se posicionaram, de maneira antagônica, os membros da Comissão e o grupo do senador Pompeu. No cerne dessa controvérsia estava a possibilidade de se pensar a existência de um projeto autônomo de colonização para o semiárido. Com isso, as noções de “convivência” e “combate às secas” na região, no decorrer dos séculos XIX e XX, resultaram de diferentes perspectivas políticas.

O presente artigo analisa o fato de que Celso Furtado (1989, p.15-23) em razão das condições climáticas e do papel de “economia periférica” desempenhado pelo semiárido, considerava inviável a possibilidade dessa sub-região ter se desenvolvido a partir de um projeto autônomo de colonização. Com isso, se indaga o seguinte: existiu no Nordeste um projeto autônomo de colonização? Se existiu por que não foi implantado? Caso houvesse sido, quais seriam as características da região? Para avaliar essa questão se adotou o procedimento metodológico de analisar a província do Ceará – localizada no semiárido – considerada a mais afetada pelas secas. Além disso, ela foi o local para o qual se dirigiu em 1859 a Comissão Científica de Exploração, incumbida de realizar um diagnóstico sobre as condições naturais da região.

Desse modo, procurou-se recuperar aspectos do processo histórico de colonização do Nordeste, assim como o debate político e técnico em torno das condições geoclimáticas da região. Isso se deu a partir da análise de documentos como relatórios de presidentes de província e estado, obras de época, correspondência do senador Pompeu, relatos de memorialistas e notas de viagens.

2 Colonização do Nordeste: seca, agroexportação e mercado interno

O que significa, no caso do Brasil, uma economia autônoma? Celso Furtado (2007, p. 138) considerava que no “Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão de obra indígena”. Ambas as províncias apresentavam sistemas produtivos capazes de exis-

tirem isolados da economia de exportação para a Europa formada pela faixa açucareira do Nordeste e pela região aurífera das Minas Gerais. Contudo, o “Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária. Dessa forma, apenas o Pará existia como núcleo totalmente isolado”. (FURTADO, 2007, p. 139). Isso era possível ao Pará devido à existência de mão de obra indígena abundante e condições climáticas favoráveis à agricultura, que lhe permitia funcionar a despeito do comércio exterior.

Nesses termos, na visão de Celso Furtado, quase toda a economia brasileira – à exceção do Pará – era dependente da Europa e, portanto, sem autonomia. Ela foi caracterizada por Caio Prado Jr., na época colonial, como tendo sido constituída por dois diferentes setores da produção. De acordo com Prado Jr., “o primeiro é dos grandes produtores de exportação, como o açúcar e o tabaco, [...] o outro é o das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação” (PRADO JR., 2008, p.41). De acordo com o autor, esse modelo teria enformado o processo português de colonização do Brasil, sendo que no Nordeste a divisão do trabalho presente na relação entre a atividade principal e a atividade acessória foi marcada pela bipartição entre o litoral e o semiárido. Com isso, coube ao semiárido situar as “atividades acessórias”, ou seja, a produção de alimentos para prover a zona de *plantation* açucareira do litoral.

Para Furtado (1989, p. 19), a ocupação e colonização do semiárido teria sido uma consequência da implantação da lavoura açucareira, sem a qual ela não teria ocorrido. Dessa forma, “tudo indica que a região semiárida teria permanecido inexplorada pelos europeus até avançado o século XIX, a exemplo do ocorrido no vasto cerrado do Planalto Central, não fora a emergência, já no século XVI, de uma rica economia de exportação, na área úmida do litoral nordestino, que atuou como pólo indutor”. Desse modo, o semiárido apresentava uma dupla dependência que obstaculizava a possibilidade de um projeto autônomo de colonização: dependia de um pólo indutor, como de resto quase toda a economia colonial, e era afetado por secas periódicas, que fragilizavam o setor de abastecimento. Com isso (FURTADO, 1989, p.19):

É natural que se indague: porque não se formou no Nordeste uma economia ecologicamente mais adaptada, a exemplo do ocorrido em outras regiões bem mais inóspitas? A verdade é que seria difícil explicar o povoamento da vasta região semiárida nordestina como um projeto autônomo; houvesse existido tal projeto, a região teria características socioeconômicas bem distintas das atuais. Consideremos a hipótese de um processo autônomo de ocupação. Como justificar o investimento em meios de produção e no traslado de população para uma região pouco apta à agricultura, incapaz de criar excedente de exportação? Uma pecuária que se limita a produzir peles e couros não deu lugar, em nenhuma parte, a um projeto autônomo de colonização.

A noção de colonização a partir de um polo indutor tem como pressuposto um “sentido externo”. Caio Prado, Fernando Novais e Celso Furtado compartilharam da noção de que o sentido da colonização do Brasil foi se constituir para fornecer produtos agrícolas para o mercado europeu. Para Prado (2000, p. 20): “se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café para o comércio europeu”. Furtado (2007, p. 25) considerava que a ocupação do território americano constituiu um “episódio da expansão comercial da Europa”. Embora, seja plausível a relação entre a formação do capitalismo europeu e a ocupação das Américas, a consequência disso para as colônias tem sido objeto de contestação.

Uma consequência direta, apontada pela historiografia tradicional, foi a impossibilidade de formação de mercado interno na economia colonial brasileira. No entanto, a nova historiografia sobre o período tem revelado um cenário diferente. Segundo Frago (1998), com base no Censo de 1819, a distribuição da população brasileira por condição civil, nas regiões Norte-Nordeste era formada por 32,8% de escravos e 67,2% de livres. Nas regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste os escravos eram 28,6% e os livres 72,4%. Isso indica que a população escrava correspondia a 1/3 da população total, denegando a divisão clássica da pirâmide social composta basicamente por senhores e escravos. Diante disso, sobrevém a pergunta: como eram abastecidos esses 2/3 de população? Em quais atividades estavam empregados? Revela-se um mercado interno formado, como denomina Frago (1998, p.

119-151), por “um mosaico de formas não capitalistas de produção”, constituído por produtores de farinha, criadores de porcos, gado, mulas, lavradores de arroz, feijão, milho e mandioca”.

E mais do que isso, em razão de seu mercado interno, a economia colonial apresentar-se-ia de maneira estável frente às crises externas. Com o definhamento da extração de ouro nas Minas Gerais, no final do século XVIII, Fragoso observa que a economia não retrocedeu como predissera Furtado, mas ao revés, evoluiu porque a população cresceu 65%. Isso teria ocorrido porque o complexo agropecuário voltado para o mercado interno aliviou os efeitos da crise e impulsionou o crescimento da população. Capistrano de Abreu (1998, p. 154) contou que “desenganada de ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação de gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo, de algodão; com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos históricos e honrados tropeiros”.

Barickman (2003, p.30) constatou que na Bahia o “uso generalizado de trabalho escravo não impediu que surgisse no recôncavo um mercado urbano e rural bem desenvolvido para víveres básicos. Pelo contrário, a expansão da economia de exportação promoveu, e até exigiu, o crescimento de um mercado interno”. A constatação da existência de mercado interno na colônia esmaece a noção de “sentido da colonização” e, por conseguinte, a perspectiva da falta de autonomia e estabilidade.

Diante disso, sobrevém a indagação acerca da possibilidade desse cenário também ser válido para o semiárido nordestino? Para responder a essa questão, o primeiro problema a se levantar é: seria possível o desenvolvimento de uma economia autônoma no semiárido, ou seja, desacoplada do setor açucareiro, adaptada às suas condições climáticas e capaz de gerar excedente? Para os portugueses, a colonização dos sertões do Nordeste se deveu a uma questão geopolítica – evitar a presença de povos estrangeiros no território, que associados com alguns grupos indígenas pretendiam se fixarem no litoral e interior das capitâneas. A estratégia lusa de ocupação do Ceará se dava com a ajuda da Igreja Católica, pois ao “passo que os Missionários iam estendendo suas missões para o interior da capitania, os colonos iam também se apoderando das terras próprias para a criação de

gado, e solicitavam aos monarcas portugueses doações ou datas de sesmarias. De acordo com Pedro Theberge (2001, p. 86), no Ceará essa penetração para o centro sempre se fazia seguindo o curso dos rios”. Sobre a ocupação dos sertões do Nordeste pelas fazendas de gado Antonil observou que “as fazendas e os currais de gado se situam onde há largueza de campo e água sempre manente de rios e lagoas” (ANTONIL, 1711, p. 197). Isso quer dizer que a pecuária se estabeleceu em consonância com as condições ecológicas do semiárido, se aproveitando das bacias hidrográficas disponíveis.

Por outro lado, a pecuária não foi a única atividade importante para a economia cearense a ser realizada e adaptada às condições geoclimáticas. Sobre o Cariri, microrregião situada no extremo sul do Ceará e formada por oito municípios, observou Pinheiro que “se folhearmos os registros de concessões de sesmarias, alí, veremos que, desde a primeira, eram elas requeridas para a criação de gados. Depois veio a agricultura que, no decurso dos anos, sobrepujou aquela” (PINHEIRO, 2009, p. 26). Essa região, apesar de estar situada na zona climática denominada de sertão, apresenta condições naturais – solo e água – favoráveis à agricultura e à pecuária semelhantes às da Zona da Mata. Igualmente, em Tauá, em um típico município do semiárido, o seu ilustre morador Joaquim Pimenta, que viveu no final do século XIX conta suas memórias sobre como era a vida no campo (PIMENTA, 2009, p. 28):

Meu pai tinha dois roçados, onde trabalhávamos no plantio do milho, do feijão, da melancia, do jerimum, transportados, depois da colheita, para a casa, em caçuás ou em malas de couro, por jumentos roceiros, sobre os quais nos dava ele ordem terminante, de os não maltratar com chicotadas. A pescaria e a caça sempre me atraíram. Pescava-se de anzol, de tarrafa, de landuá...

Assim, ao invés de um “polo indutor” e um “receptor” existiam dois polos produtivos – a lavoura açucareira e a pecuária – que se auxiliavam mutuamente. No Nordeste, a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco e o posterior crescimento e expansão do plantio de cana-de-açúcar para exportação teve como esteio o estabelecimento da pecuária. Segundo Theberge (2001, p. 87), “já na época da ocupação holandesa os sertões do Ceará criavam grande cópia de gado”. Exemplo disso foi que durante a Insurreição Pernambucana (1645-

1649), em que a produção açucareira entrou em crise, solapada pela guerra entre portugueses e holandeses, o setor da pecuária se manteve estável. Assim, em 1864, André Vidal de Negreiros foi ao Ceará e por meio de furto, invasões às fazendas, torturas e destruições juntou 700 cabeças de gado que serviram de “grande alívio aos combatentes”.

Essa estabilidade e autonomia da pecuária se devia ao fato de que ela era adaptada às condições ecológicas, por terem sido as fazendas situadas próximas às ribeiras dos rios, em cujas margens se cultivavam roçados de feijão, arroz, milho e abóbora. Com isso, as secas tinham seus efeitos minorados, tornando-se mais agudos apenas no decorrer dos séculos seguintes, na medida em que se avolumaram as vilas e os povoados fora da zona de proteção dos rios. Por isso, até o século XVIII, as secas não impediram que a região se tornasse o principal centro de abastecimento da Colônia, como destacou Prado (2008, p. 68), que, segundo ele, em “meados do séc. XVIII o sertão do Nordeste alcança o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abastece, sem concorrência, todos os outros centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia”. Em grande parte, o sucesso da pecuária se deveu à invenção cearense da carne de sol, também conhecida como carne seca ou carne do Ceará. De acordo com Girão (2000, p. 155), para resolver o problema de ter que percorrer grandes distâncias para comercializar o gado, os pecuaristas se viram forçados a “preferir a venda da sua matéria-prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens”.

Como resultado dessa ação inovadora, surgiram oficinas de charqueadas instaladas em diversas cidades cearenses. “E tamanho foi o êxito dessas fábricas, também denominadas de charqueadas e oficinas, que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da capitania a exportação da chamada carne do Ceará” (GIRÃO, 2000, p. 156). Com isso, surgiu uma pecuária ecologicamente mais adaptada que se disseminou pelas demais províncias nordestinas. Desse modo, não sendo a falta de concorrência, a inadaptabilidade ecológica do processo de colonização, nem a falta de estabilidade da economia nordestina suficientes para explicarem o suposto declínio da sua economia no século XIX, deve-se passar para

a análise do argumento mais evidenciado pelos historiadores e economistas – a ocorrência periódica de secas.

Prado (2008, p. 68), supondo o declínio da pecuária com a expulsão dos holandeses e o definhamento da lavoura açucareira, procura também explicá-lo a partir da ocorrência de “secas prolongadas, que sempre foram aí periódicas, se multiplicam e estendem ainda mais, dizimando os rebanhos que se tornaram de todo incapazes de satisfazerem as necessidades de seus mercados consumidores”. Mas, o que significava dizer que no Ceará e no Nordeste as grandes secas eram periódicas? O pressuposto disso era que elas se repetiam no tempo e, portanto, não adiantava insistir com a prática da lavoura e da pecuária porque a seca viria e arrasaria tudo, fazendo retroceder todo o esforço produtivo. No entanto, considerando-se a cronologia das secas apresentada por Teófilo (1922, p. 11-12), o século XVIII apresentou seis grandes secas, que perfizeram 21 anos de escassez pluviométrica acentuada contra 79 de regularidade climática. Não obstante, como ele próprio constatou “em quantidade de chuvas, o Ceará só é inferior às ilhas de Cuba e S. Domingos. Na capital, a média anual pluviométrica é de 1.500 [milímetros]. Em Havana (Cuba) 2.320; em S. Domingos 2.730”.

Além disso, o astrônomo Giacomo Raja Gabaglia, membro da Comissão Científica de Exploração que visitou o Ceará em 1859, contestou a noção de “grande seca” e a sua periodicidade. Para isso, ele utilizou o conjunto das 11 secas indicadas pelo próprio senador Pompeu, entre os séculos XVIII e XIX, como grandes secas ou secas notáveis. Gabaglia, após avaliar cada uma delas, demonstrou que as calamidades ocorridas foram provocadas mais por fatores políticos e econômicos do que pela falta de chuvas. Por exemplo, o ano de 1825 foi “enlutado com movimentos políticos que ocasionaram o abandono de todas as lavouras, trazendo os tristes efeitos da fome” (GABAGLIA, 1877, p. 43). Com relação à seca de 1837, ele citou um pronunciamento do senador Alencar aos candidatos eleitos para a Assembleia Provincial do Ceará, no qual dizia que, apesar da ameaça da seca e do gado perdido, o impacto sobre a arrecadação não foi considerável. No mesmo caso dessa seca, se achava a de 1841. No dia 10 de setembro o presidente José Joaquim Coelho, dando conta dos negócios da província do Ceará relatou que houve distúrbios nos termos de São

Bernardo, Aracati, Sobral e Cascavel, bem como no Icó e Buriti e apresenta o estado desanimador das finanças da província, mas “só de passagem menciona o estado de seca, isto quando trata da arrecadação de imposto do dízimo” (GABAGLIA, 1877, p. 44). Assim, também se pode observar que a seca de 1858 foi parcial pelo silêncio dos documentos sobre o assunto. Diante disso, ele excluiu algumas dessas secas do rol das grandes secas.

Para Gabaglia das secas referidas por Pompeu, apenas sete delas poderiam ser denominadas de grandes secas, sendo as outras quatro classificadas apenas como pequenas secas, “mas recorre-se a todas as 11 datas para formar a série que deve apresentar a lei periódica” (GABAGLIA, 1877, p. 45). Ao se recusar a aceitar que as secas de 1825, 1837, 1841 e 1858 pudessem ser chamadas de “grandes secas” Gabaglia refez o quadro das estiagens, a partir do qual passou a considerar apenas sete secas, sendo elas as de 1724, 1778, 1792, 1809, 1817, 1827 e 1845 (GABAGLIA, 1877, p. 46). Com essa reclassificação, se percebe que não havia regularidade nos episódios das grandes secas, portanto elas não eram nem cíclicas, nem movidas por nenhuma lei periódica. Para Gabaglia, a teoria do senador Pompeu não passava de algo que ele denominou de “a lei forçada”. Sua conclusão era que se considerados os anos de 1724 a 1861, como anos atingidos por secas, obtinha-se um intervalo de 136 anos, dos quais “126 anos chuvosos contra 11 que não o foram!” (GABAGLIA, 1877, p. 46). Portanto, para Gabaglia as secas não eram o motivo do atraso material da província.

Outro aspecto que Gabaglia ressaltou para criticar a noção de “grande seca” foi a abrangência ou a generalização das secas. Certas áreas da província ficavam imunes às estiagens como as serras da Ibiapaba, Meruoca, Uruburetama e muitas outras. Para contrapor-se ao senador, ele usou suas próprias afirmações como a que fez sobre a Serra Grande (Ibiapaba), onde nunca se ouviu falar de seca “mesmo nos famosos anos de 1778, 1792, 1809 e 1825? Lá nunca faltara chuva. Hoje está quase tão sujeita à seca como no sertão; e partes há em que falta até água para a bebida”, e questionou: “então o efeito foi de 1825 para cá?” quando o Ceará viveu sob a tormenta da Confederação do Equador (GABAGLIA, 1877, p. 46).

Devido à instabilidade política do Brasil, ocasionada pelas revoltas regenciais, grassava a vio-

lência pública e privada nas províncias. Como resultado disso, havia um estado de insegurança pública que perpassava as relações sociais no Nordeste e obstaculizava o completo desenvolvimento das forças produtivas, limitando o crescimento da economia. O uso da faca na cintura era um costume do sertanejo que a utilizava, de igual maneira, nas lides do dia a dia e na sua defesa contra agressores. Távora (1973, p. 4) anotou no seu *O Cabeleira*, referindo-se a Pernambuco no século XVIII, que os roubos e os assassinatos “reproduziam-se com incrível frequência nos caminhos e até nas beiradas dos sítios”. Gardner (1975, p. 84), naturalista escocês, que visitou o Ceará em 1838, observou que a “população cearense era dominada pela discórdia geral, por ser notavelmente vingativa, cujos conflitos eram resolvidos com o uso da faca de ponta, que quase todos traziam na cintura”.

Apesar disso, o presidente José Martiniano de Alencar (1834-1837) – pai do autor de *Iracema* – implantou medidas que poderiam desenvolver a economia do Ceará. Entre elas, constavam: oferecer alguns prêmios em dinheiro àqueles proprietários que construíssem açudes em suas propriedades: a criação de um banco provincial e a importação de máquinas e modelos da Europa para apoiar a agricultura e a pecuária. O governo adquiriu máquinas de fiação manual, fabricação de manteiga, descascar café, lavar ouro, debulhar milho, moer, espremer e peneirar mandioca, um tear mecânico e uma máquina com capacidade para fabricar 12 milheiros de tijolos por dia. No grupo dos cultivadores havia uma bomba de movimento contínuo, 1 arado, 1 cultivador, grades para campos e uma charrua da marca *Mr. Rodes*. Também foram trazidos modelos de máquinas a serem replicados como engenhos de serrar, máquinas de 1 carro, máquinas de descaroçar algodão e uma máquina para a construção de pontes de madeira.

De acordo com Nobre (1989, p. 88-89), depois de adquirir esses equipamentos no mercado europeu o “governo diligenciará os esclarecimentos necessários para se fazer uso dos sobreditos modelos e máquinas e os mandará fazer públicos pela imprensa”. A publicação e divulgação dos modelos levou ao surgimento de diversas oficinas que passaram a replicá-los. Não obstante, “estes modelos, e máquinas serão expostos ao público em um armazém, para esse fim destinado, a fim de que por eles se façam as máquinas, que a qual-

quer indivíduo convier”. Não obstante, a lei previu ainda que as “Câmaras Municipais das Cabeças de Comarca serão assinantes do *Periódico Auxiliar da Indústria Nacional*, ou coleção das Memórias, e Notícias interessantes do Rio de Janeiro, para ser franqueado as pessoas, que o quiserem ler”.

Por meio da adoção dessas medidas a administração do presidente Alencar estimulou a modernização da produção na área rural e o estabelecimento de oficinas de metalurgia pelo interior e capital. Com isso, teve início o processo de industrialização do Ceará que se desenrolava, a exemplo de como ocorria na Europa, pela associação entre maquinofatura e agricultura (BRAGANÇA, 1966).

Entretanto, os bons resultados que poderiam ser alcançados por essas medidas eram obstaculizados pelo fato de que nas províncias do Nordeste, a falta de segurança pública no campo e nas cidades perturbava a realização do comércio e da agricultura. Os crimes contra a segurança individual e a propriedade se avolumavam, fragilizando as condições para o progresso material da região. Por isso, em 1837, o presidente Alencar identificava a violência como um gargalo social ao progresso econômico do Ceará (RELATÓRIO, 1836, p. 5):

De certo, a primeira e mais urgente necessidade, que temos é a de se fazer efetiva a segurança ao menos pessoal, em nossa Província, o Cidadão Cearense não goza daquela convicção de segurança indispensável a qualquer homem para se entregar com eficácia ao desempenho daquilo, a que tenha de se aplicar: o agricultor ao pé de sua lavoura, o criador atrás do seu gado, o viajante nas estradas, o negociante no seu escritório, o empregado público mesmo no seu gabinete, todos receiam a cada instante o punhal, ou o fuzil do assassino.

O ministro da Justiça Eusébio de Queirós se referindo aos violentos conflitos decorrentes da Revolta Praieira (Pernambuco) concluiu que além da “perturbação da administração pública, do dispêndio imoderado dos dinheiros públicos e do fratricídio das batalhas ocorria o terror dos capitais, que se não afoitam em um país, em que não domina a ordem” (ARQUIVO CE, 1850, p. 5). O capital externo era importante para estimular o progresso econômico e financiar a consolidação do esta-

do nacional. Com o descontrole da violência pelo poder público, o principal setor da economia cearense – a pecuária – era cada vez mais fragilizado. Assim, em 1844 o presidente José Bitencourt relatava o abandono das charqueadas, pela facilidade do transporte do gado a pé até feiras em Pernambuco. Isso teria duas consequências: tornava o Ceará dependente e diminuía o comércio com o estrangeiro. (ARQUIVO CE, 1844, p. 15).

É questionável essa facilidade quando se considera a distância que os rebanhos, localizados na sua maioria no sertão central, teriam que percorrer até as feiras em Recife. A proximidade das feiras deveria ser um elemento a estimular o setor e não o inverso. A causa principal do declínio das charqueadas foi a dificuldade em manter aquelas instalações a salvo de bandos armados, assim como as próprias mantas de carne estendidas ao sol. O mesmo ocorria com os roçados e as safras de grãos. Por isso, na visita que fez ao Ceará em 1859, Gabaglia (2006, p. 113) atribuiu à violência que grassava nos sertões até essa época, o motivo da queda da economia, pois de acordo com ele “quem poderia desejar desenvolver a agricultura e a pecuária? Quem teria coragem de reclamar as searas roubadas, os gados usurpados e dizimados?”.

Desse modo, as dificuldades encontradas pela economia agrícola do Ceará entre 1775 e 1845 não decorreram da eclosão das secas, da concorrência sulista ou da crise do setor do açúcar. Nesse período, o principal problema social que afetava a região Nordeste era a violência, facilitada pela distância entre a Colônia e a Metrópole e – depois de transferida a Corte para o Brasil (1808) – de sublevações contra o Império, por meio de revoltas locais. De acordo com Gabaglia (2006, p. 112) de 1835 a 1861 havia o seguinte consenso na província: “Não há segurança individual. Os assassinos são em grande número. Os ladrões de gado são numerosos, mas a justiça nada pode fazer e não se tem confiança nos recursos da lei”.

Apesar disso, o crescimento médio da população cearense foi constante. Em 1775 ela era de 82 mil habitantes e em 1860 perfazia quase 500 mil. (BRASIL, 1997, p. 325) Isso indica que o processo de colonização, a despeito de todos os reveses, não foi interrompido ou “involuiu” com a crise da exportação de açúcar no início do XVIII. Caso contrário, isso teria provocado uma queda na taxa de crescimento demográfico, como acentuara Fur-

tado se referindo à economia mineira. Mas, nesse caso, de acordo com Fragoso (1998, p. 125), essa “involução” também não ocorreu porque seu impacto foi absorvido pelo seu mercado interno. Por outro lado, a questão da falta de segurança pública começou a ser resolvida, em meados do século XIX, com a ascensão do gabinete conservador ao governo do Império do Brasil.

3 Regresso conservador: centralização administrativa e combate à violência

Em 1840, com a formação de um gabinete conservador, cujos membros mais proeminentes eram Eusébio de Queirós, Paulino José Soares e Rodrigues Torres – a chamada trindade saquarema – teve início um processo de estabilização da sociedade por meio de uma política de combate à violência. Segundo Raymundo Faoro (1958, p. 329), o “retorno à centralização, o anulamento do *self-government* será a obra do tempo, conduzida por um partido, o partido conservador (...)”. De fato, dentre as medidas tomadas pelo gabinete conservador a principal delas foi cessar a autonomia político-administrativa das províncias e implantar no Brasil uma política de segurança pública que pacificasse as regiões, sobretudo a região Nordeste.

Com essa missão foi enviado ao Ceará, Francisco Inácio Silveira da Motta (1849-1851), para o qual, a situação da província em relação aos crimes de homicídios, roubos e furtos o assustavam porque sendo ali “nascido e criado, não tinha lembrança de que em época alguma, mesmo depois da seca de 1825, tivesse a mesma província da infelicidade de achar-se no estado em que a via”. Por isso, ele concluiu que o combate à violência era “reconhecida como a maior necessidade social”, levando-o, por isso, a defender a punição efetiva dos crimes cometidos. Motta, em consequência disso deu grande importância à edificação e ao reparo das cadeias porque a falta delas, segundo ele, “alimentava a impunidade, que tantas raízes haviam lançado sobre a província do Ceará”. (ARQUIVO CE, 1851, p. 4)

A preocupação com os episódios de violência no sertão não desapareceu com a saída de Silveira da Mota em 1851. Em 1853, o presidente Marcos da Silva Rego compreendia que a maior parte dos esforços da administração devia recair sobre o

combate à violência, porque a ameaça à segurança pública era o “grande inconveniente, com que, há muito, luta a província” (ARQUIVO CE, 1851, p. 4). Isso era visto não apenas como uma deficiência do processo civilizatório da população, mas, sobretudo, uma ameaça à longevidade da monarquia. O rei Pedro II desejava continuidade no enfrentamento à criminalidade e, por isso, para Rego o principal intento de sua administração foi dar “incremento à tarefa encetada” pelo seu antecessor. Giacomo Raja Gabaglia, astrônomo e membro da Comissão Científica de Exploração que aportou no Ceará em 1859, observou que em 1852 surgiram os primeiros indícios de melhoramentos na administração do presidente Almeida Rego, que prestou o importante serviço de naquele ano capturar 193 criminosos (GABAGLIA, 2006, p. 109).

O presidente da província em 1853, Joaquim Vilela de Castro Tavares, apresentou os números da segurança pública de maneira entusiasmada ao constatar que 193 bandidos foram capturados no curto prazo de 13 meses e que do final de 1852 a 1853 foram presos 53. Segundo ele, era necessário considerar que este número era excessivo, “atentas às circunstâncias anteriores da província, cuja recuperação no que tangia a violência, destacou ele data de poucos anos” (ARQUIVO CE, 1853, p. 3-4). Por isso, a situação da província no que tange a segurança pública estava ficando lisonjeira. No governo seguinte, o presidente Pires da Motta, em 1854, avaliou que os crimes contra a segurança individual superavam os crimes contra a propriedade e um ano depois ele afirmou que “Não se violenta a verdade declarando que o Ceará, proporcionalmente a sua população, é das províncias onde menos crimes se cometem” (ARQUIVO CE, 1851, p. 4). Gabaglia observou que “Desta data em diante, há leves modificações na linguagem oficial e vê-se que o estado das massas tende a melhorar do ponto de vista da estatística criminal” (GABAGLIA, 1877, p. 111).

Um episódio que indica o sucesso na consecução de uma política imperial de combate à violência por meio de medidas que seguiam a orientação do Ministério da Justiça foi o que ocorreu em 1860, quando houve um violento conflito entre liberais e conservadores na vila da Telha (Iguatu), no Ceará por causa da eleição para vereadores e juizes de paz, na qual a faca de ponta e o bacamarte foram chamados à mesa de negociação. O senador

cearense Tomás Pompeu reclamou ao visconde de Sinimbu, seu amigo e aliado político, da atuação do presidente da Província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. O visconde lamentou o acontecido na vila de Telha, dizendo não poder “deixar de lastimar que de tanta excitação se tenham deixado apoderar os ânimos em alguns lugares dessa província, que cheguem aos excessos de que foi teatro aquela Vila” (CAMARA, 1960, p. 81).

Entretanto, diante das queixas de Pompeu, ele demonstrou discordância por considerá-las injustas, pois por “suas comunicações oficiais, vê-se que ele compreende perfeitamente a situação da Província, que sinceramente deseja melhorá-la” (CAMARA, 1960, p. 81). Essa política de combate à violência no Ceará foi percebida pelo jornal *A Constituição* que noticiou que no Ceará ao longo de nove anos (1853-1861), poucos crimes de morte foram cometidos. A média de homicídios por ano, segundo o periódico, ficou na marca de 24,5. Considerando-se que a população da província era constituída de 500 mil habitantes, houve um assassinato para cada 20.408 pessoas. Por causa disso, e das medidas de incentivo à economia, no período de 1835 a 1857, a população cresceu. Essa época foi marcada pela seca de 1845, o que deveria ter afetado negativamente a demografia. Mas, como foi pequena a migração para fora da província e baixa a mortalidade, seu impacto foi absorvido pela elevação da taxa de crescimento vegetativo.

4 Comissão Científica de Exploração: um projeto autônomo de colonização para o Nordeste

O governo do Império enviou ao Nordeste, no dia 26 de janeiro 1859, a Comissão Científica de Exploração. Ela partiu do porto da capital do reino – o Rio de Janeiro – a bordo do vapor Tocantins. A viagem foi rápida para os padrões da época e os cientistas chegaram a Fortaleza (Ceará) no dia 4 de fevereiro sob um forte mal tempo. Os exploradores foram recebidos pelo presidente da província João Silveira de Souza. Três dias depois, conseguiram desembarcar toda a bagagem, composta de numerosos e pesados volumes, contendo livros e instrumentos delicados de astronomia, que foram guardados em um depósito de um armazém da praia e depois transportados para uma parte desocupada do edifício do Liceu do Ceará.

Os cientistas foram hospedados pelo senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil que lhes ofereceu um banquete de recepção. Pompeu era na época um dos políticos mais importantes e influentes do Império, além de um geógrafo renomado. Ele foi o contato natural daqueles cientistas no Ceará por ser um grande conhecedor da mesologia da província. A Comissão recebida por Pompeu era formada pelos mais importantes homens de ciências da época como o geólogo Guilherme Schüch (depois barão de Capanema), o botânico Francisco Freyre Alemão, o zoólogo Manoel Ferreira Lagos, o astrônomo Giacommo Raja Gabaglia e o etnógrafo e escritor Gonçalves Dias, autor de *Juca Pirama* e da famosa *Canção do Exílio*. A questão regional teve início de fato com a vinda dessa comissão porque se estabeleceu um antagonismo de ideias entre dois projetos distintos de colonização do Nordeste – o autônomo e o dependente.

Para avaliar as condições naturais da região o grupo planejou o seu deslocamento pelo Ceará. As secções da comissão deveriam andar sempre juntas, porém devido à variedade dos estudos, ao grande número de pessoas envolvidas e à dificuldade de recursos no interior, mormente, no tempo de seca, a comitiva foi dividida em quatro partes. As secções zoológicas e botânicas se dirigiram para o Icó pela margem do rio Jaguaribe, a geológica e a etnográfica rumariam para o Crato, passando por Baturité e Quixeramobim, a astronômica e geográfica, por ser numerosa se dividiu em dois grupos: um seguiria para o centro e o outro para o leste da província.

Para terminar de compor a seção de geologia, faltava seu membro mais proeminente – o barão de Capanema. Ele chegou ao Ceará no dia 3 de junho, quatro meses depois, sendo recebido com entusiasmo pelos seus companheiros. Trouxe consigo algumas mudas de cana-de-açúcar das Ilhas Maurício e pés de café Bourbon que distribuiu entre vários lavradores. Apesar de tudo preparado e planejado, inclusive com o apoio do presidente da província, somente em agosto a comissão começou a viajar ao interior. De acordo Abreu (1919, p. 200), a seção botânica foi a primeira a iniciar os trabalhos, sendo favorecida pelas chuvas que fizeram reviver a vegetação ressecada em virtude do prolongado período de estio. Suas pesquisas atingiram êxito, pois em menos de uma semana, nas

serras da Aratanha e outras próximas à Fortaleza, foram colhidas muitas espécies de plantas.

Gabaglia, à frente da seção de astronomia, mandou construir um observatório simples, no morro do Croatá, em Fortaleza, do qual se tinha uma visão panorâmica da cidade e do mar. Já a seção de Zoologia formou uma coleção de mais de 4 mil espécies coletadas pelo interior. No Cariri, Araripe e Ibiapaba juntaram cerca de 10 mil insetos. Obtiveram répteis e organizaram uma coleção de abelhas com 26 espécies, com suas amostras de mel e cera. Vastas informações ictiológicas foram conseguidas por Ferreira Lagos junto aos pescadores da costa. Enquanto isso, Capanema, à frente da sua seção, percorreu Baturité, Uruburetama, Serra Azul, Serra Aguda e Canindé, onde visitou uma mina de ferro próximo à serra das Guaribas, na margem do rio Cangati. A menor seção, a de Gonçalves Dias, pouco encontrou da presença indígena no Ceará. Apesar disso, ele entrou em contato com um grupo que em 1848 era numeroso, mas havia se dissipado em lutas a favor de certos potentados, obrigando-lhe a ir ao Maranhão, Pará e Amazonas para conhecer a existência dos índios do Norte.

Guilherme Schüch era, entre os membros da Comissão, um personagem à parte devido ao fato da sua aproximação com o Imperador. Sua família chegou ao Brasil na comitiva que trouxe a princesa Teresa Cristina para seu matrimônio com D. Pedro II. Apesar disso, ele não teve regalias e suas ideias foram submetidas a severo crivo. Já cientista formado, ele escreveu ao Imperador com certa mágoa, dizendo-lhe que não fazia nenhuma proposta ao governo provincial porque não queria perder sua dignidade. Naquela época, as propostas científicas poderiam ser apresentadas por meio de projetos diretamente ao rei, sem necessidade do aval do parlamento, como fizera Guilherme Schüch, quando da sua partida da capital do Império.

D. Pedro II ao ver no seu projeto algo de aproveitável, o enviou a um ministro para verificar a proposta, mas este o engavetou. Capanema ficou desapontado, acusando o ministro do Império de “inepto”, assim como a sua equipe técnica. A seriedade com que ele conduzia suas atividades se devia a sua formação de homem de ciência aprendida na academia de Viena. Talvez por isso, não tivesse o menor jeito para edulçar cortesias e bajulações. Sua consciência decorria de suas obser-

vações empíricas e isso o credenciava a tachar o governo geral de inepto. Entretanto, a Comissão Científica de Exploração não foi mal compreendida apenas por ministros e outras autoridades, mas também pela população local que via os cientistas como garimpeiros e os seguiam pelos campos em busca de ouro.

De modo geral, os exploradores concordavam que a seca não era um óbice intransponível ao progresso da lavoura e da pecuária, sendo possível a implantação de um projeto autônomo de colonização para o Ceará e o Norte (região Nordeste). Para vencer as dificuldades impostas por secas eventuais era preciso modernizar os dois setores. Além disso, devia-se adotar um sistema preventivo de estocagem de grãos em silos, fenagem de capim e armazenamento de água em cisternas. Feito isso, estavam criadas as condições de coexistência do sertanejo com as secas que nos casos mais extremos duravam no máximo três anos.

As propostas feitas pela Comissão para minorar os efeitos das secas não foram implementadas pelo governo de Pedro II, nem pelo governo da Província. Pinheiro (2009, p. 41) anotou que no dia 29 de agosto de 1860, o presidente do Ceará, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, sancionou uma lei apresentada pela Assembleia Legislativa que autorizava o seu governo a fundar uma fazenda-modelo, cujo objetivo era “introduzir na Província boas raças de animais, dar lições práticas de veterinária, ensinar o fabrico de manteiga e de queijos, o preparo de lãs, o modo de se guardar o feno, sem o perigo de deteriorações, etc. Mas tudo ficou na esfera das excelentes intenções”.

Dessa forma, o projeto formulado pela Comissão, embora tenha tido importante repercussão, não foi implantado. Algumas medidas parciais foram tomadas pela administração Alencar para promover a modernização da agricultura. Porém, quanto às práticas de prevenção aos efeitos das secas, nada se fez. Com o retorno da Comissão ao Rio de Janeiro em 1861, e a inexistência de uma nova seca, a questão perdeu relevo. A isso se somou o desempenho da economia cearense, cujo crescimento da produtividade em um período de estabilidade climática (1846-1876) possibilitou a geração de emprego, maior fluxo de renda de renda e a melhoria das condições de infraestrutura e urbanização dos municípios.

5 Crescimento e crise da economia cearense (1846-1875).

A execução de uma política de segurança pública, em um período de 45 anos de invernos regulares (1846-1877) desencadeou o aumento da produção de gêneros de exportação e subsistência. Nesse caso, os principais produtos eram a farinha de mandioca, o arroz, o milho, o feijão e as frutas consumidos, na sua maior parte, no mercado interno ou, eventualmente, comercializados nas províncias vizinhas. Já o algodão, o café, a cana-de-açúcar e o tabaco eram exportados para países da Europa gerando um acúmulo de capitais, cuja pequena parte era reempregada em atividades diferentes da principal, movimentando assim toda a economia. De acordo com Rodolfo Teófilo (1922, p. 72), “no período de 1846 a 1877, o Ceará progrediu extraordinariamente, embora entregue a seus próprios recursos”. De acordo com o historiador Raimundo Girão (2000, p. 355), depois de 1850, com a aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional, a pacificação das províncias e a extinção do tráfico de escravos, “entraram em indisfarçável transformação os elementos da economia nacional”.

O Ceará se beneficiou dessa mudança geral nas condições políticas e econômicas pelas quais passava o país. Segundo Teófilo (1922, p. 23-26), o açúcar começou a ser comercializado em 1847, quando foram embarcados 220 kg, chegando em 1876 a 2,5 milhões. O café exportado em 1845 fez 21,2 mil kg e em 1876 chegou a 1,3 milhões. O algodão começou a ser vendido em 1810 para a Inglaterra durante o governo de Barba Alardo, quando foram remetidos pelo porto de Fortaleza 165,5 mil kg e em 1876 se chegou à quantidade de 4,4 milhões. De acordo com Furtado (2007), o produto no Nordeste começou a ser cultivado por influência do surto algodoeiro desencadeado no Maranhão no último quartel do século XVIII.

A exportação deste produto aumentou de escala em 1862 quando, um ano antes, fora deflagrada a Guerra Civil Americana (1861-1865). Os EUA eram o principal fornecedor de algodão para a indústria têxtil inglesa que, impulsionada pela Revolução Industrial, demandava grande quantidade dessa matéria-prima. Mas, devido à conjuntura bélica em que se encontrava, o setor algodoeiro norte-americano ficou paralisado, abrindo espaço

para novos concorrentes, como o Brasil. Com o fim da guerra, teve início a recuperação do setor norte-americano, tornando-se mais difícil a concorrência sul-americana. A partir de 1871 há a indicação de uma tendência de queda na exportação do algodão decorrente do aumento da oferta e, por conseguinte, da diminuição do preço da arroba no mercado internacional. Os efeitos dessa mudança de conjuntura foram registrados por Teófilo (1922, p. 23-24):

Negociantes e lavradores tentaram arcar com a crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906,944 kg, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O rico de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco! Dela apenas ficaram alguns prédios no sertão.

Antes da crise, a diária de um trabalhador girava em torno de 1.280 réis. Considerando-se 20 dias trabalhados ao longo de um mês se obtinha um salário de 25.600 réis. Levando-se em conta que uma arroba (15 kg) era vendida ao preço de 26 mil réis; com uma única arroba se pagava um mês de trabalho. O pagamento de salários tão baixos explicava, em parte, porque predominava a mão de obra livre ao invés da escrava nos algodoais. Mesmo sendo pequenos os gastos com salários, a queda no preço do produto tornava inviável sua produção e comercialização. Esse quadro se agudizou com a crise econômica de 1875 que atingiu o Império, decorrente do *déficit* nas contas públicas causadas pela queda no preço do café (SCHULZ, 1996, p. 45). O governo agiu adotando uma política deflacionista, mandando recolher 1/5 do meio circulante no país, retraindo a oferta de crédito. De acordo com avaliação do presidente da província, o Ceará não teve a “felicidade de constituir exceção nesta crise, porque passa todo o Império; as suas rendas também têm decrescido, mas ainda assim, pode desvanecer-se de que o seu ativo solúvel equilibra, senão excede, o passivo.” (RELATÓRIO, 1875, p. 17)

No entanto, como resultado dessa crise, a partir de 1871, aumentou-se o passivo nas contas públicas à medida que a exportação de algodão, café e açúcar começou a declinar de modo contínuo até o advento da seca de 1877-79. Já o setor da pecuária, por ser voltado basicamente para o mercado interno, passou quase ileso por esse período. Mas, ele foi fortemente afetado pela seca, levando os pequenos proprietários a consumirem os seus rebanhos, outros a venderem suas poucas cabeças para fazendeiros maiores ou retiraram seus gados para as serras. Apesar disso, muito gado morreu pela falta de água e pasto. Por isso, o valor do dízimo (imposto) sobre o gado caiu vertiginosamente. Em 1876, ele era de 85,7 mil réis, passando sua arrecadação em 1877 para 8,2. No ano seguinte (1878) desceu para 1,1. Com isso, a família sertaneja estava mais suscetível a migrar devido à queda na renda geral e ao encolhimento do crédito. Não obstante, era precária a condição técnica do homem do campo para adotar medidas preventivas como a acumulação de água, grãos e forragem. O calcanhar de Aquiles da economia agrícola no Nordeste semiárido nunca fora a baixa produtividade, mas a impossibilidade de manter estável a pequena e média propriedade rural durante uma seca com duração de até 3 anos.

6 A seca de 1877-1879 debatida no Instituto Politécnico-RJ

Quando foi declarada a seca de 1877-1879 a situação socioeconômica era preocupante porque havia caído a renda geral devido à crise do principal setor econômico, o algodoeiro, seguido pela queda na produção cafeeira e açucareira. A lavoura de subsistência não acumulava excedente, mesmo o pluviômetro tendo registrado no ano anterior 1.634 milímetros. Isso se explicava pelo atraso nas técnicas de conservação de grãos, forragem e armazenamento de água. Os açudes pequenos e médios secavam pela evaporação e os grandes que conseguiam reter água se localizavam geralmente a longa distância. Não obstante, as práticas culturais de previsão da quadra chuvosa estimulavam um tipo de previsão eventual que consistia em comer os grãos ao invés de plantá-los e retirar o gado para a região serrana. As famílias temendo não suportarem a seca, caso ela se prolongasse, abandonavam seus domicílios em direção aos municípios onde havia a prestação de socorros públicos,

sendo o principal destino a capital cearense. Eram comuns multidões de desvalidos famintos e escazeiros serem vistas se arrastando pelas estradas carroçáveis, espremidas nos vagões dos trens e aglomeradas nas frentes das sedes das prefeituras e câmaras municipais.

Com a seca, os membros da Comissão Científica de Exploração tiveram novamente a oportunidade de apresentarem suas ideias, agora em sessões no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, presidido pelo Conde D'Eu. Dois de seus integrantes formularam propostas na forma de projeto – Guilherme Capanema e Giacomio Gabaglia. O barão de Capanema se antepôs a quase tudo o que havia sido proposto em termos de política de combate às estiagens nas décadas anteriores. Para o geólogo, não eram as condições climáticas o motivo do retardo material do Nordeste, mas a falta de conhecimento técnico por parte dos roceiros e criadores de gado, além da necessidade de se adotar um modelo de prevenção baseado em depósitos de água, grãos e forragem. Ele considerava a seca um fato consumado, cujos males poderiam ser minorados, mas seria impossível removê-los. Por isso, rejeitava a construção de açudes como panaceia geral e defendia que o uso de cisternas fosse disseminado inicialmente nos domicílios localizados nas regiões mais populosas e afastadas do litoral, com a finalidade de evitar migrações durante as secas.

Capanema propôs a construção de cisternas com capacidade de 200 mil litros de água para o abastecimento dos rebanhos e da população nos períodos de estio. De acordo com ele “o serviço das cisternas seria unicamente para matar a sede do homem e do gado”. Quanto à escassez de gêneros agrícolas, ele sustentava que “sendo aproveitadas as sobras dos cereais colhidos nos anos regulares, a população do Ceará, que vive dos socorros públicos nas grandes secas, viverá independente dos auxílios do estado” (*Apud* TEÓFILO, 1922, p.420). Já a alimentação bovina poderia ser resolvida por meio dos depósitos de forragem. Com isso, ficaria resolvido o problema da falta de pasto tanto nas secas anuais como nas grandes secas. O capim, que anualmente se perdia nos campos, depois de colhido e amadurecido seria convenientemente armazenado. Os proprietários de rebanhos poderiam usar como forragem também o mandacaru, útil à alimentação bovina. Entretanto, as ideias de prevenção defendidas pelo

barão embora fossem tão antigas que remontavam a José – o vice-rei do Egito – sofreram tenaz oposição tanto no Ceará pelo memorialista das secas, Rodolfo Teófilo, como no Rio de Janeiro, nas sessões do Instituto Politécnico.

Teófilo (1922, p. 18) discordava do projeto do barão por considerá-lo inexecutável. De acordo com ele, os açudes eram preferíveis às cisternas porque “no Ceará não se morre de sede, por mais longa que seja a seca”. E, além disso, os açudes serviriam para a agricultura de vazante no seu perímetro e para o criatório de peixe. O problema é que boa parte dos açudes por terem sido feitos de maneira clientelística, não tinham perímetro agricultável, os pequenos tendiam a secar rápido nos períodos de estio e os grandes, quando não estavam privatizados por algum grande latifundiário, obrigavam o deslocamento de centenas de famílias que terminavam abandonando os seus domicílios, desorganizando socialmente os municípios e protagonizando cenas de miséria e sofrimento, sobretudo na capital cearense.

Quanto aos depósitos de forragem, Teófilo (1922, p. 420) se contrapunha a Capanema fazendo o seguinte cálculo: ele tomava como parâmetro o exemplo de um criador “estabelecido no alto sertão, possuindo duas mil rezes, (o que antes do flagelo era muito comum no Ceará”. Supondo que esse padrão de fazenda fosse “muito comum” e considerando seus cálculos, ele avaliava que os custos para construir depósitos para armazenar capim fenado eram inviáveis, sendo mais barato deixar o gado morrer no campo do que salvá-lo.

De início é preciso indagar se o proprietário típico do Ceará possuía 2 mil cabeças de gado. De acordo com Brasil (1997, p. 393), em 1860, o rebanho total de gado vacum era de 1,2 milhões de cabeças distribuídas por 5 mil fazendas. Considerando-se o padrão de propriedade rural exemplificado por Teófilo como “muito comum” de 2 mil cabeças, o Ceará teria 600 proprietários com esse perfil, o que representaria apenas 12% das propriedades. Isso indicava que esse padrão de propriedade constituía na realidade uma exceção, sendo esse tipo de proprietário incomum, na medida em que vigorava um padrão de pequenas e médias fazendas.

Quanto aos depósitos de cereais, a terceira medida indicada pelo barão de Capanema, se susten-

tava que “sendo aproveitadas as sobras dos cereais colhidos nos anos regulares à população do Ceará, que vivia dos socorros públicos nas grandes secas, viveria independente dos auxílios do Estado”. Teófilo (1922, p. 423) rejeitou essa medida por considerar que talvez cerca de 4/5 da população fossem “pobres agricultores jornaleiros” que durante o inverno abriam pequenos roçados em terrenos arrendados a 16 mil réis ao ano. Esse valor não devia ser a regra, visto que uma braça de terra podia ser comprada por 1,5 mil réis, sendo mais vantagem comprar terra do que alugá-la. De modo geral, segundo ele, somente 1/5 da população aproveitaria as medidas indicadas por Capanema por serem proprietários de terras e não pobres arrendatários.

Não existem dados seguros sobre a estrutura fundiária do Ceará no século XIX. Contudo, pela análise da distribuição da população, em 1860, por setores econômicos é possível questionar, se somente 100 mil eram proprietários e 400 mil simples arrendatários de uma população total de cerca de 500 mil habitantes. Pompeu (1997, p. 379), nos números que apresentou sobre a atividade agrícola para aquele ano, indica que a quantidade de pessoas empregadas nas atividades agrícolas correspondia a cerca de 100 mil trabalhadores, sendo 90 mil livres e 10 mil escravos, ou seja, menos de 1/5 da população se dedicava à agricultura, não sendo possível discriminar quantos na posição de proprietários ou arrendatários.

Além disso, era difícil se distinguir com certeza a população empregada em cada setor. Na pecuária “os indivíduos, que se empregam na criação também em grande parte lavram a terra e dão-se a outras indústrias” (POMPEU, 1997, p. 394). O número de empregados na pecuária “contando-se com agregados e famílias pode-se calcular em 200 mil, sendo apenas uns dois mil escravos” (POMPEU, 1997, p. 394) e a indústria fabril computava cerca de 50 mil pessoas empregadas na fabricação de couros, carne charqueada, queijos, sabão, velas, calçados, chapéus e redes. Considerando-se o cômputo das pessoas que atuavam em cada setor, e levando-se em conta que a pecuária não existia separada da agricultura, o número total dessa população economicamente ativa pode ser estimado em cerca de 250 mil. Não obstante, além desses setores, havia o comércio e o serviço público para os quais os dados são escassos. Portanto, as medidas de acúmulo de água, capim fenado e cereais eram

de grande alcance, podendo manter por volta de 50% da população sertaneja alimentada e em seus domicílios durante uma seca. Como as secas atingiam indiretamente outros setores como comércio, serviços e funcionalismo público esse percentual era ainda maior. Dessa maneira, ao invés de tornar a população cearense dependente dos socorros públicos Capanema (2006, p. 223) defendia que era:

[...] indispensável animar a iniciativa do povo; que lhe mostrem com fatos o resultado que ele deve atingir; aquilo que ele vê, o convence: o que só dificilmente se conseguirá com instruções, receitas etc. Não se deve habituá-lo a esperar tudo do governo; este tem por dever cuidar de outros melhoramentos, como seja promover a arborização, lembrando-se, porém que isso depende de ensaios para firmar um procedimento eficaz; uns lugares se prestam mais que outros, torna-se necessário adaptar processos às diversas condições locais, em relação à posição, terreno e clima.

Capanema propôs o emprego de técnicas conhecidas pela agronomia da época para conservar grãos como feijão, milho e arroz durante um longo período de tempo, “quanto aos cereais, são esses no Ceará perseguidos pela borboleta e pelo bicho; hoje não há dificuldade em precaver-se contra esses inimigos e guardar os cereais durante anos” (CAPANEMA, 2006, p. 164). Ele concluiu que se poderia usar o sulfureto de carbono, pois era um método mais adequado do que o uso do mercúrio por alguns produtores, pois essa substância misturada com o sal de cozinha se tornava um sublimado corrosivo.

Devido às deficiências técnicas de agricultores e pecuaristas, considerava que seria útil mandar, mesmo a peso de ouro, ensinar a preparar a conservação do feno. Ele acreditava mesmo não ser absurdo, dar-se um prêmio de 20 ou 30 contos ou até mesmo um título de nobreza ao fazendeiro do Ceará, Rio Grande do Norte ou Paraíba que mantivesse 100 vacas nutridas a feno da terra em curral durante três anos consecutivos e conservados gordos. Essa política de incentivos por meio de títulos de nobreza, embora fosse comum, dificilmente o rei tornaria marquês algum rurícola do sertão do Ceará. Capanema, mesmo sendo sincero na sua proposta de incentivos por compreender a importância do progresso econômico para o país, não

perdia oportunidade para ferir os brios da nobreza comensal abancada no Rio de Janeiro.

Os incentivos nobiliárquicos e econômicos eram utilizados pelo governo geral e local porque antes de 1877-1879, não se considerava a seca um problema que deveria ser resolvido pelo estado. Durante o Segundo Reinado, o imperador concedeu baronatos aos homens ricos ou sábios que se destacassem na promoção de benefícios à comunidade; o próprio Capanema foi agraciado com o título de barão. Além de homem de ciência, ele era inovador e empreendedor no campo da agricultura e, por isso, defendia sua exploração a partir de métodos e técnicas mais modernos. No dia 23 de julho de 1873, o Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas publicou no seu relatório: “Concede ao Dr. Guilherme Schüch, de Capanema, privilégio, por dez anos para usar no Império de um processo de sua invenção, destinados a extinguir a formiga saúva” (LEIS DO IMPÉRIO, 1874, p. 18). No entanto, a conjuntura política no Ceará, do final do século XIX, não era propensa às ideias de inovação, empreendedorismo e modernização propostas pelo barão, pois ao revés, o que se viu foi a aceitação da solução hidráulica, endossada por Giacomino Raja Gabaglia.

Gabaglia embora tenha percebido que havia uma sobrevalorização da seca como limite ao desenvolvimento econômico da região, terminou sendo cooptado pelos que defendiam essa ideia. O Instituto Politécnico passou a discutir o “plano Gabaglia”, que consistia na desobstrução de rios e canais, mas que terminou sendo interpretado como a proposta mais próxima da ideia de construção de açudes, estradas, portos e reflorestamentos. De acordo com o ministro da agricultura, Manuel Buarque de Macedo, devia-se aceitar o seu plano, porém como sua execução duraria 20 anos e custaria cerca de 20 mil contos de réis, se preferiu adotar apenas a ideia da solução hídrica, aquela que mais interessava às elites políticas do Ceará. Guilherme Capanema se viu profundamente contrariado por Gabaglia ao ver o plano dele sendo discutido e apoiado, enquanto o seu era deixado de lado. Um plano que o barão rejeitava peremptoriamente. Segundo Joaquim Alves, na sessão do Instituto de 18 de outubro para discutir o plano Gabaglia, Capanema justificou sua ausência através de uma carta em que avisava que deixaria de participar dos debates

por motivo de moléstia, acrescentando ainda sobre o assunto da sessão (apud ALVES, 2003, p. 198):

Tenho a declarar que a questão é ociosa, pois condições climatológicas que subsistiam na época terciária, atravessando todos os períodos geológicos até hoje, não é a débil mão do homem, que agora as poderá alterar. A questão é outra, de execução relativamente fácil e de resultados seguros. Já se sabe que cada geração do Ceará passa por duas secas, é uma calamidade periódica; como é impossível fazer chover à vontade, previnam-se os meios para arrostá-la placidamente.

Ao invés de “combater as secas” ou realizar “obras contra as secas” o barão acreditava que seria mais eficiente que os sertanejos aprendessem a “conviver com a seca” por meio de estratégias preventivas e modernização dos sistemas de agricultura e pecuária. Assim, caso as medidas de convivência com as secas houvessem sido implantadas se teria evitado o desarranjo demográfico de parte considerável da população de províncias como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte durante a seca de 1877-1879 e nas que lhe sucederam no século seguinte.

As cisternas nos anos regulares poderiam captar e conservar melhor a água das chuvas que os açudes, pois eram menos atingidas pela evaporação e se localizariam anexas a cada domicílio. Os silos possibilitariam acumular grãos para alimentação durante as secas e o capim fenado alimentaria o gado. Com isso, se teria evitado a crise social, decorrente da migração da população sertaneja para o Norte e Sul do Brasil. Capanema antecipou a noção de “convivência” com a seca em contraposição a ideia de “combate”. Uma perspectiva somente retomada no final do século XX e difundida no início do seguinte (DUARTE, 2002, p. 24-34). Mas, ao invés dessas medidas o que se viu em 1877 foi a adoção de uma política de incentivo à migração interna, a construção de açudes e a exploração de trabalhadores em obras públicas.

Por isso, Renato Braga (1962, p. 106) observou que sempre lhe “causou estranheza o silêncio dos estudiosos cearenses a respeito da Comissão Científica de Exploração”. O motivo de sua estranheza era o fato da Comissão ter estado no Ceará durante mais de dois anos, percorrendo a província em todos os sentidos, realizando um amplo programa de investigações, “o primeiro a ser tentado no Império

por um grupo de naturalistas e técnicos exclusivamente brasileiros” (BRAGA, 1962, p. 106). Para ele, a Comissão Científica de Exploração “nasceu de uma ideia generosa, mas acima da compreensão do governo e do povo”, e por isso “viveu, e se foi sem deixar traços de sua existência. Não passou de um belo plano frustrado nas suas esperanças” (BRAGA, 1962, p. 106). Mas, apesar da frustração do plano Capanema, ele permaneceu como possibilidade. E em alguns municípios cearenses por onde passou a Comissão é possível encontrar ainda rastros de sua presença nos inúmeros desenhos de igrejas, pontes, prédios públicos, imagens de moradores, emoldurados e dependurados na parede de algum velho historiador dos eventos do seu município.

7 Conclusões

O Ceará e o próprio Nordeste tiveram, *grossomodo*, pelo menos três modelos de colonização: o primeiro se baseou no processo de ocupação dos sertões por meio da pecuária e da agricultura, ecologicamente adaptadas ao clima e ao solo ao longo dos três primeiros séculos de colonização do Brasil. Um segundo, decorrente do projeto apresentado ao rei Pedro II, em 1862, pela Comissão Científica de Exploração, e rerepresentado em 1878, pelo barão de Capanema durante as sessões do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, que debatia medidas de combate à seca daquele ano. O projeto Capanema se compunha de duas partes: uma referente à modernização da lavoura e da pecuária e outra relativa à adoção de um sistema de prevenção, constituído pelo armazenamento de água em cisternas, grãos em silos e forragem fenada.

No entanto, apesar disso, a solução hidráulica se apresentava como a mais adequada aos interesses políticos daquela época porque atraía um volume maior de recursos financeiros e ratificava a seca como problema político. Por isso, esse viés colonizador, com base em um sistema de “combate” às secas vigorou no Ceará e no Nordeste até quase o final do século XX, por meio da construção de açudes e utilização de trabalhadores em obras públicas. Isso se deveu ao interesse das elites cearenses de realizarem o progresso da província por meio da captação de recursos provenientes da política de combate às secas. Essa proposta se definiu por ocasião dos debates travados no Instituto

Politécnico do Rio de Janeiro, na imprensa e no próprio parlamento brasileiro. Com isso, passou a vigorar a noção de “combate” às secas ao invés de “convivência” com as secas que terminou se espraçando pelos demais estados da região.

Desse modo, respondendo à indagação de Furtado sobre a existência de um projeto autônomo de colonização para o Nordeste, pode-se afirmar que este existiu e se iniciou no Ceará, porém não foi implantado. Mas, caso houvesse sido, a região teria formações socioeconômicas bem diferentes das atuais, como ele próprio vaticinou: não seria caracterizada pelas secas, migração, baixa renda *per capita*, e se poderia acrescentar: pela dependência econômica ao governo central. A opção política pela solução hidráulica consolidou a seca como um obstáculo à economia, fez retornar o problema da violência, suplantando as bases para um projeto autônomo de colonização do Nordeste.

Referências

- ABREU, S. F. A Comissão Científica de Exploração de 1859. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Tomo XXXIII, 1919.
- _____. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALVES, J. **História das secas no Ceará (séculos XVIII-XIX)**. Ed. fac. símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório do presidente da província Joaquim Marcos de Almeida Rego**. Fortaleza, Tipografia Cearense, 1853.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório do presidente da província do Ceará Ignácio Francisco Silveira da Motta**. Fortaleza, Tipografia Cearense, 1851.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório Do presidente de província José Maria da Silva Bitencourt**. Tipografia Cearense, 1844.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório apresentado pelo presidente Joaquim Vilela de Castro Tavares**. Tipografia Cearense, 1853.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório apresentado pelo presidente Heráclito de Alencastro Pereira da Graça**. Tipografia Cearense, 1875.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório da repartição dos negócios da Justiça apresentado à Assembleia Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura, em 1850, pelo respectivo ministro e secretário de Estado **Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara**, em 11 de janeiro de 1850.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Correio da Assembleia Provincial do Ceará**, sábado, 11 de março de 1837, n.10.
- ARRUDA, J. J. A. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de História**, Brasil, n. 119, p. 3-21, dez. 1988.
- BARICKMAN, B. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário biobibliográfico brasileiro**. V. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- BRAGA, R. **História da comissão de exploração**. Imprensa Universitária: Fortaleza, 1962.
- BRAGANÇA, N. de. O trabalhador rural e a industrialização. **Análise Social**, v. IV, n. 16, p. 647-661, 1966.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MENEZES PIMENTEL. **Jornal “A Constituição”**, 23 nov. 1865.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- CAMARA, J. A. S. (org.). Carta de J.L.V. Cansanção de Sinimbu, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1860. **Correspondência do Senador Pompeu**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1960.

- CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, São Paulo, out./dez., 2014.
- CAPANEMA, G. **A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- DUARTE, R. S. Dois modelos para a convivência do produtor rural com o ambiente do semiárido Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 33, p.24-34, jan-mar. 2002.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 11.ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. 2.ed., Fortaleza: UFC Casa de José de Alencar Programa Editorial, 2000.
- GABAGLIA, G. R. **Ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.
- GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- GUERRA, F.; GUERRA, T. **Secas contra a Seca**. 3.ed. Coleção Mossoroense, v. XXIX, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1873**, Tomo XXXVI, parte 2, vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 2 nov. 2016.
- NOBRE, G. S. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: Senai/DR-CE. Coordenadoria de Divulgação, 1989.
- PIMENTA, J. **Retalhos do passado (Tauá-Fortaleza)**. Fortaleza: FWA, 2009.
- PINHEIRO, Irineu. **Cariri: descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SANTIAGO, D. L. **Guerra de Pernambuco**. Recife, Fundarpe. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção pernambucana –2ª fase, I).
- SCHULZ, J. **A crise financeira da abolição (1875-1901)**. São Paulo: Edusp, Instituto Fernand Braudel, 1996.
- TÁVORA, Franklin. **O cabeleira**. São Paulo: Três, 1973.
- TEÓFILO, R. **História das secas no Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- THEBERGE, P. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.